

Celesc 2030

APAIXONADOS POR TERCEIRIZAÇÃO!

No último dia 18, às 14 horas, todos os trabalhadores da Celesc conectados na intranet da empresa foram tomados de assalto pelo pronunciamento do presidente da Celesc. Automaticamente, como num lance de cinema, os computadores da Celesc transmitiram em primeira mão o novo mantra da Diretoria: ou a Celesc se torna eficiente, ou se torna inviável! Mas o que isso quer dizer? Os sindicatos que compõem a Intercel receberam com estranheza o tom da mais nova campanha motivacional da empresa. Basicamente, ao dizer taxativamente que fazer diferente é uma obrigação corporativa, o presidente da Celesc abraça uma ideia que, até outrora, não lhe era peculiar: responsabilizar o trabalhador como principal causa dos problemas da Celesc. Ao dizer que você tem que trabalhar cada vez mais com cada vez menos, a decisão tomada de aceitar a regulação da Aneel e endossar o discurso dos minoritários vai na contramão daquilo que foi defendido a exaustão pelo ex-presidente e padrinho político do atual presidente, Antonio Gavazzoni. Seguir o caminho das melhores práticas de governança corporativa e se espelhando fielmente nas empresas eficientes parece bonito na teoria, mas na prática não convence. Não é de hoje que os sindicatos defendem uma atuação forte da Celesc e do governo do Estado de Santa Catarina para reivindicar junto a Aneel e ao Ministério de Minas e Energia correções de injustiças históricas na maneira de "apertar o cinto" da nossa empresa. Utilizar como benchmarking de eficiência as dezenas de distribuidoras privatizadas nos anos 90 é considerar que a luz no fim do túnel, a salvação, é terceirizar, centralizar e otimizar tudo!

Aliás, ao observar o programa de eficiência operacional em andamento na Celesc, não é possível ficar com um nó na garganta e um sentimento de traição. As ditas "iniciativas de otimização", tocadas por empregados do quadro próprio da empresa, parecem seguir a cartilha da precarização

das relações de trabalho e do enfraquecimento da identidade eletricitária: a palavra de ordem é terceirizar!

Terceirizar equipes de Linha Viva de média tensão e alta tensão! Terceirizar equipes multitarrefas! Terceirização do licenciamento ambiental das obras! Terceirizar a fiscalização de perdas não-técnicas! Terceirizar a gestão de estagiários! Terceirizar a fiscalização da utilização da infraestrutura de RD de Telecom disponível para empresas de Telecom! Terceirizar o primeiro atendimento de manutenção de telecom! Terceirizar a operação das usinas de geração! Criação de normativa para autorização de empreiteiras a ligar/religar a rede, ou seja, terceirizar a operação do sistema elétrico de potência! Terceirização de análise, fiscalização e cadastro de obra de Telecom de empresas Telecom!

Todas estas propostas, junto com várias outras de centralização e "otimização" integram o dito Programa de Eficiência Operacional e Organizativa do grandioso projeto 2030, que a diretoria vêm anunciando como a salvação para a "nova Celesc". Parece que você, que trabalha na empresa com sol e chuva, com responsabilidade e capacidade e que além de atender a sociedade com excelência em condições adversas

por conta dos anos de sucateamento é culpado pela falta de recursos da Celesc. É interessante notar que a concepção da Celesc para a palavra eficiência resume a ideia de precarizar as condições de trabalho, expondo os trabalhadores a jornadas excessivas e retirando deles o direito ao lazer; expor os trabalhadores a riscos de saúde e segurança; precarizar o atendimento à sociedade catarinense e arrecadar cada vez mais lucro para distribuir aos acionistas. Afinal, eles são os grandes injustiçados nesta história. Você é o problema! Você custa demais! Você tem direitos demais! Você tem segurança demais! A propaganda da Celesc quer fazer você acreditar nisso. Mas não se engane: ela vai além.

"Utilizar como benchmarking de eficiência as dezenas de distribuidoras privatizadas nos anos 90 é considerar que a luz no fim do túnel, a salvação, é terceirizar, centralizar e otimizar tudo!"

CELESC (D)EFICIENTE

O discurso de que o governo e seus representantes querem uma Celesc Pública e forte esbarra nas táticas de comunicação e em algumas manifestações que deixam claras as intenções de alienar o patrimônio público e pôr a culpa no trabalhador. Junte as diretrizes deste plano com a entrevista do Conselheiro Arlindo Magno ao Diário Catarinense, falando dos compromissos que o Governador Raimundo Colombo tem com os acionistas e faça a conta: Governador + Acionistas + Terceirização - trabalhadores = fim da Celesc Pública. Em conversas com trabalhadores de várias regionais, o Presidente afirmou que

não compreendeu o motivo da manifestação dos trabalhadores no dia 06 de março. Ele não quis compreender.

Os trabalhadores manifestaram-se por que anteciparam o golpe que está sendo proposto caso essas iniciativas de otimização do plano Celesc 2030 seguir adiante. A farsa do concurso público foi apenas uma forma de calar os trabalhadores. Afinal, se o desejo é terceirizar tudo, para que contratar trabalhadores? Esse é o plano de (D) eficiência Máxima da Celesc! Ter uma Celesc deficiente é interessante para todos, menos para a sociedade e para os trabalhadores. Nessa quin-

ta-feira, dia 25 de abril, teremos nova audiência no Ministério Público para debater a contratação dos eletricitistas necessários para empresa. Neste fim de semana, teremos a segunda tentativa do concurso público. Ainda para uma quantidade de trabalhadores insuficiente, já que a Celesc ainda não colocou em prática o relatório do GT onde ela própria definiu que o necessário são 260 eletricitistas. E o prospecto é muito ruim. Teremos outro golpe? Agora, trabalhadores, é mais do que nunca o momento para união em defesa da Celesc Pública! Em defesa dos direitos dos trabalhadores!



DIREÇÃO DA ELETROBRAS E DA ELETROSUL PRETENDEM ATINGIR CONQUISTAS DOS TRABALHADORES COM ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Os representantes dos empregados no Conselho de Administração da Eletrosul, Dino Gilioli e Wanderlei Lenartowicz, alertaram dirigentes sindicais da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU, do Coletivo Nacional dos Eletricistas e das entidades que compõem a Intersul e a Intersindical sobre as mudanças estatutárias que estão sendo propostas pela Holding Eletrobras e que deverão ser aprovadas nas Assembleias de Acionistas das empresas. A preocupação dos conselheiros eleitos é com a absoluta falta de espaço de debate sobre as mudanças propostas, principalmente considerando

que algumas das alterações têm implicação direta na relação das empresas com os trabalhadores e com suas entidades representativas. O alerta dos conselheiros eleitos da Eletrosul também foi direcionado aos representantes dos trabalhadores nos Conselhos de Administração das demais empresas do Grupo Eletrobras. Além do alerta, os conselheiros eleitos sugeriram uma correspondência da FNU para a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia e Conselhos de Administração das empresas, exigindo o estabelecimento de um canal de comunicação para debater as mudanças estatutárias.

Benefícios sociais ameaçados: Das alterações propostas pela Holding, uma das mais alarmantes, na visão dos conselheiros eleitos e também dos dirigentes sindicais, se refere à exclusão do artigo 49 do estatuto que prevê a prestação de assistência social pela Eletrosul a seus empregados. Os benefícios sociais estão estabelecidos em acordos coletivos de trabalho, descritos nas normas gerenciais e não há nenhuma razão para a exclusão desta previsão no estatuto das empresas. Muito pelo contrário, é importante e dá mais segurança ao público interno mantê-la no estatuto. Cabe salientar que o plano de "Assistência Social", em pesquisa aferida pelas próprias empresas, foi eleito o principal instrumento de retenção do quadro de pessoal e é um dos principais itens que tem favorecido o indicador de sustentabilidade empresarial; o que vem contribuindo para melhorar a imagem das empresas perante o público externo.

PLR só nas bases autorizadas pelo DEST: Outra mudança no estatuto que chama a atenção dos representantes dos trabalhadores se refere à Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR). A nova proposta de estatuto remete ao DEST, órgão de coordenação e governança das empresas estatais a definição das "bases e condições" para a participação dos empregados nos lucros das empresas. A PLR das empresas do grupo Eletrobras está prevista em cláusula de Acordo Coletivo de Trabalho com critérios previamente estabelecidos entre as partes cujas metas visam garantir a prestação do serviço à sociedade com qualidade, auferir produtividade para a organização e estabelecer o devido retorno aos trabalhadores. Depois do processo negocial, estabelecidos os critérios, alcançadas as metas, cabe cumprir o que foi acordado. A interferência do DEST, um órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nesse processo afeta a autonomia de gestão do Ministério de Minas e Energia (MME) e das empresas a ele vinculadas.

Interferência na eleição para o Conselho de Administração: Entre as mudanças propostas também está a inclusão no estatuto de critérios seletivos para a ocupação do cargo de conselheiro, com a exigência de "notórios conhecimentos, experiência e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo". Cabe salientar que a participação dos trabalhadores nos Conselhos de Administração foi uma conquista obtida após muitos anos de luta e que a forma de escolha do representante dos empregados está prevista na Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação através da Portaria 026 de 11/03/11 do MPOG. Além disso, a Lei 6.404/76 já estabelece a qualificação para o cargo, os direitos e obrigações pertinentes à função de Conselheiro, portanto o novo estatuto não pode impor aos trabalhadores, limitações que a própria lei não estabeleceu, mesmo porque o texto limitador que está sendo proposto não esclarece o que vem a ser "notórios conhecimentos" ou mesmo qual a forma de aferição da mencionada "capacidade técnica compatível". A alteração proposta deixa margem para interpretações que facilmente poderiam ser utilizadas para o cerceamento do pleno exercício legal e legítimo de escolha por voto direto dos trabalhadores.

Trabalhadores devem se manifestar sobre mudanças: Enfim, a gravidade das mudanças destacadas aqui, fazem refletir: Que tipo de relação as empresas do Grupo Eletrobras pretendem estabelecer com seus trabalhadores e com suas entidades representativas? A resposta a esta reflexão deve se dar pelo tipo de manifestação da Eletrobras sobre a correspondência da FNU que pede o adiamento das AGE visando garantir espaço de diálogo sobre as mudanças pretendidas ou que se contemple nas referidas Assembleias as propostas formuladas pela Federação. Quanto à Assembleia de Acionistas da Eletrosul (AGE), que se realizará no mesmo dia da Assembleia Geral Ordinária (AGO), marcada para 29 de abril, às 15 hs, na sede da Empresa, o Sinergia-SC se fará representar, na qualidade de acionista minoritário para manifestar a posição dos sindicatos. Quanto aos empregados, nas vésperas da data-base, resta a decisão de como enfrentar e se defender das tentativas de ataque aos direitos e conquistas. Para as entidades que compõem a Intersul, a defesa só é possível com os trabalhadores fazendo parte da luta. Mais do que nunca, as ações tem de estar organizadas e os trabalhadores dispostos a responder às provocações. Fiquemos vigilantes no dia 29.

A luta nos espera!

CELESC

SINDICALISTAS DEBATEM FUTURO DA CELESC E CAMPANHA DATA-BASE

Planejamento da Intercel dá início à campanha de data-base debatendo o futuro da Celesc no cenário da Renovação das Concessões de energia

Representantes dos sindicatos que compõem a Intercel reuniram-se durante os dias 22, 23 e 24 de abril, em Joinville, para debater o futuro da Celesc e os desafios que serão encontrados nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/14.

Os debates iniciaram com a participação do Deputado Federal Pedro Uczai (PT) e do Deputado Estadual Dirceu Dresch (PT), que analisaram a conjuntura política e econômica brasileira, comentando a realidade dos trabalhadores do setor elétrico frente as mudanças impostas pela MP 579 e os desdobramentos políticos da corrida para sucessão presidencial.

No segundo dia do Planejamento, os dirigentes sindicais fizeram um diagnóstico da situação da Celesc e debateram os possíveis cenários que enfrentarão na negociação do acordo coletivo. Coordenados pelo Assessor Econômico da Intercel, Daniel dos Passos, os trabalhadores analisaram a postura da Aneel frente às distribuidoras e o fato de que nenhuma delas teve ainda homologado o pedido de renovação da concessão. Além disso, o novo cenário com a consolidação das mudanças do setor elétrico também foram debatidos, de acordo com a realidade da Celesc. Em um segundo momento os dirigentes sindicais foram divididos em grupos para debater e analisar pontos específicos da negociação coletiva e da luta dos trabalhadores.



Foto: Intercel

PEDRO UCZAI

"A blindagem das empresas públicas catarinenses, com a obrigatoriedade de plebiscito para sua venda, está sendo levada para a Câmara Federal para que nenhuma empresa pública brasileira seja vendida sem consulta à sociedade"



O Deputado Federal Pedro Uczai comentou com os dirigentes sindicais o momento de grandes contradições em que vivemos. Para ele, chegamos no ponto de termos em mãos grandes contradições e problemas estruturais no desenvolvimento econômico brasileiro.

Uczai afirmou que é necessário alavancar a economia para apresentar o projeto do governo PT como ainda viável para o Brasil. Comentando o atual momento da América Latina, o deputado afirmou que há um desgaste dos governos de esquerda e que naturalmente haverá dificuldades nos próximos processos eleitorais. No caso específico do Brasil, Pedro afirmou que a continuidade do PT no governo por um longo período produziu dois tipos de argumento para a sucessão: o discurso da direita, que se opõem radicalmente às políticas petistas e lança Aécio Neves como baluarte do conservadorismo; e o discurso de uma nova esquerda, personificado na imagem de Eduardo Campos (PSB), que reconhece as políticas públicas, mas que prega que a mudança é essencial para o avanço econômico do país.

Falando especificamente do setor elétrico, no qual participou na Câmara Federal do debate sobre a Renovação das Concessões de Energia, Uczai destacou a linha tênue que divide o debate sobre concessão e privatização. Para o deputado, a decisão política da Presidenta Dilma foi ideologicamente a mais acertada para a população brasileira, mas que em si carrega também grandes contradições. A maior delas é a situação que as empresas estão forçando aos trabalhadores, com ameaças a direitos e corte de verbas, afirmando que é inadmissível que os trabalhadores sejam penalizados.

Uczai também comentou que a fórmula de blindagem das empresas públicas catarinenses, desenvolvida em conjunto pelos Deputados Estaduais e sindicatos da Intercel em 2010, com a obrigatoriedade de plebiscito para a venda de ativos das estatais está sendo levada para a Câmara Federal para que nenhuma empresa pública brasileira seja vendida sem que o povo seja consultado.

CELESC

Terceirização e favorecimento

Além de todas as críticas sobre a relação de trabalho precarizada que a terceirização carrega, outro ponto que chama a atenção pela grande falta de ética é o favorecimento na contratação de terceirizados. Na última edição do Jornal Linha Viva denunciámos a situação inconcebível das vagas de garagem "escrituradas" na Agência Regional de Joinville e no fato ainda mais absurdo da disponibilização de uma vaga de garagem para um trabalhador terceirizado. Somente esta situação já levanta várias dúvidas. Um trabalhador terceirizado com vaga de garagem enquanto trabalhadores do quadro próprio são obrigados a estacionar na rua? O que poucos sabem é que este trabalhador terceirizado é, na verdade, um ex-celesquiano que acabou de sair no PDV. Hoje ele é motorista do Diretor Comercial. E o que ele fazia antes de se desligar da Celesc? Era motorista do Chefe da Agência Regional de Joinville. Que, desde o fim do ano passado é Diretor Comercial da empresa. Lembramos a todos e todas que a interposição de mão de obra através de empresa terceirizada é ilegal. A Celesc até poderia ter terceirizado o serviço de motoristas da diretoria, mas somente o serviço. Quem realiza as funções contratadas é prerrogativa única e exclusiva da empresa terceirizada, sem relação com o contratante. Logo, se os motoristas dos diretores são designados por uma empresa terceirizada, este ex-empregado e ex-motorista cair como motorista do Diretor deve ter sido coincidência. Só que não. Não tem como ficar mais claro o favorecimento feito através da influência do cargo de diretor. Nem a falta de ética, que infelizmente respinga em todos os trabalhadores, já que vem do único diretor da empresa eleito. Esse caso, que veio à tona através da manifestação do coordenador dos comitês de Ética e RH no Conselho de Administração, é apenas um confirmado. Entretanto, mais alguns já foram denunciados e estão sendo averiguados. Com a palavra, a Diretoria da Celesc e o Ministério Público!

DIRCEU DRESCH

"A lógica de renúncia de recursos adotada pelo governo estadual concede incentivos fiscais para multinacionais e não investe em empresas públicas essenciais para a sociedade, como a Celesc."



O deputado estadual Dirceu Dresch também comentou as grandes contradições que se apresentam na política nacional e as dificuldades de avançar na reforma política e na regulamentação da mídia brasileira. Avaliando os impactos destas duas dificuldades, Dresch fez um panorama do governo do estado onde, segundo ele, não há investimento nem intenção de se construir um projeto de estado, mas sim um projeto de perpetuação política. Dirceu afirmou que o projeto do governo do estado de criar um poder político permanente começou com o governo de Luiz Henrique da Silveira, e com a criação das secretarias regionais.

Além disso, comentou sobre a lógica de renúncia de recursos adotada pelo governo estadual, que concede incentivos fiscais para multinacionais e não investe em empresas públicas essenciais para a sociedade, como a Celesc. Para o deputado, o governo dá dinheiro a quem não precisa e deixa de arrecadar recursos para reinvestir em melhorias para a população catarinense, utilizando um discurso de responsabilização dos trabalhadores e das estatais para justificar a incompetência na condução das políticas públicas. Dirceu Dresch ressaltou que o governo do estado vem sistematicamente se recusando a investir em estruturação da máquina pública, buscando resolver os problemas que aparecem com a terceirização.

Segundo o Deputado, o futuro da Celesc está na decisão da sucessão no governo do estado. Da mesma forma que o Deputado Pedro Uczai traçou a importância da sucessão presidencial, Dirceu apontou que as discussões sobre o fortalecimento das empresas públicas e seu papel fundamental no desenvolvimento do estado catarinense passam pela conjuntura política estadual. Questionado pelos trabalhadores sobre o processo eleitoral que virá com 2014, o Deputado afirmou aos dirigentes sindicais que o PT deverá apresentar sim um projeto de governo, não sucumbindo às coligações com partidos que compõem o atual governo estadual, mesmo com os assédios do PMDB e PSD, prováveis aliados na esfera Federal.

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Felipe Braga
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | Fone (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br | Site: www.sindinorte.org
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

Dia do trabalho



O mundo vai observar a Europa com atenção para ver como serão as comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio, no velho continente. Estão previstas grandes demonstrações e gritos de guerra por causa da tremenda recessão econômica e a forma como os governos estão enfrentando a crise: com recessão, corte de gastos com salários e aposentadorias, aumento de impostos (só para os

pobres) e rolagem de dívidas (dos ricos). No mundo inteiro, a grande maioria da população vive do seu trabalho. A rotina é quase igual: acordar bem cedo, gastar muito tempo para chegar a seu local de trabalho, onde se fica a maior parte do dia, voltando para casa cansada, apenas para recompor as energias necessárias para no dia seguinte retomar e fazer tudo de novo. Para trabalhar de forma

alienada e receber um salário que, em grande parte dos casos, não basta sequer para satisfazer as necessidades básicas. Uma vida tão sacrificada produz todas as riquezas do país, embora não tenha o reconhecimento e a remuneração devida. Por isso é importante marcar o 1º de maio como uma data para lembrar da exploração do trabalho.

História

"Se com o nosso enforcamento vocês pensam em destruir o movimento operário, se esta é sua opinião, enforcem-nos. Aqui terão apagado uma faísca, mas lá e acolá, atrás e na frente de vocês, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não poderão apagá-lo!"

A data foi escolhida por que em 1886 aconteceram manifestações de trabalhadores nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos. A finalidade era, através de uma greve geral no país, reduzir a jornada de trabalho para 8 horas diárias. Dois dias depois, em 3 de Maio houve uma revolta acabou numa escaramuça com a polícia e com a morte de alguns manifestantes. No dia seguinte, 4 de Maio, uma nova manifestação foi organizada e terminou com a polícia matando 12 pessoas e ferindo dezenas. A repressão foi aumentando num crescendo sem fim: decretou-se "Estado de Sítio" e proibição de sair às ruas. Milhares de trabalhadores foram presos, muitas sedes de sindicatos incendiadas, criminosos e gângsters pagos pelos patrões invadiram casas de trabalhadores, espancando-os e destruindo seus pertences. Os líderes do movimento foram levados a julgamento - que foi muito rápido. Provas e testemunhas foram inventadas. A sentença foi lida dia 9 de outubro. Cinco líderes foram condenados à morte na forca; outros dois à prisão perpétua e um último a quinze anos de prisão. Antes do enforcamento August Spies um dos líderes pronunciou suas últimas palavras: "Se com o nosso enforcamento vocês pensam em destruir o movimento operário - este movimento de milhões de seres humilhados, que sofrem na pobreza e na miséria, esperam a redenção - se esta é sua opinião, enforcem-nos. Aqui terão apagado uma faísca, mas lá e acolá, atrás e na frente de vocês, em todas as partes, as chamas crescerão. É um fogo subterrâneo e vocês não poderão apagá-lo!"

Hoje

A situação da classe trabalhadora continua a ser difícil, houve avanços, mas a nova revolução tecnológica do final do século passado trouxe à tona questões que pareciam adormecidas. A desregulamentação social que vem se impondo às relações trabalhistas, está atingindo de cheio a vida da classe trabalhadora. Muitas conquistas seguidamente são desrespeitadas pelo poder público e pelas corporações econômicas nacionais e internacionais e, portanto, a luta continua a ser contra a exploração do trabalho. Hoje, a redução da jornada de trabalho é uma das bandeiras do movimento sindical brasileiro que luta todos os dias contra aqueles que querem derrubar direitos trabalhistas conquistados a duras penas ao longo dos anos (13º salário, direito a férias remuneradas, multa de 40% por rompimento de contrato de trabalho, Licença Maternidade, etc.) ampliando as dificuldades ao trabalho sobretudo através da chamada "terceirização". Por causa disso, devemos usar esta data tão significativa para refletir sobre as lutas históricas passadas para com elas aprendermos como avançar rumo uma vida melhor.

"Muitas conquistas seguidamente são desrespeitadas pelo poder público e pelas corporações econômicas nacionais e internacionais e, portanto, a luta continua a ser contra a exploração do trabalho"

